

35º Encontro Anual da Anpocs;

GT 31 – Saúde, emoção e moral

Título – POLICIAIS MILITARES E NARRATIVAS DE ADOECIMENTO MENTAL: CORPO, EXPERIÊNCIA E INTERSUBJETIVIDADE NA ORDEM MILITAR

Autora – Cláudia Vicentini (PPGAS/UFG)

INTRODUÇÃO

Em termos teóricos, esta pesquisa, ainda em curso, propõe tratar da relação entre adoecimento mental e polícia militar por meio do uso de narrativas e das noções de “experiência de adoecimento” e “sofrimento social”. Seu recorte empírico é composto por cabos e soldados da PM/GO, do sexo masculino, na ativa, que passam por tratamento psiquiátrico oferecido pela instituição militar. Seu objetivo é delinear as especificidades da esfera militar e da profissão policial no contexto goiano a partir da maneira como os sujeitos-policiais significam intersubjetivamente seus corpos doentes e negociam com seus pares a situação de ruptura que acompanha os episódios de doença. O referencial teórico que a embasa sustenta que o processo de adoecimento e o sofrimento que o acompanha, porque atravessam aquilo que temos de mais fundamental, a possibilidade mesma de qualquer experiência, o corpo, configura-se como meio de acesso privilegiado a dimensões impensadas dos contextos locais e morais dos indivíduos-sujeitos que o vivenciam. Nesse sentido, esta proposta busca também contribuir para os estudos sobre a violência urbana e policial.

Como será visto, com base em pesquisas teórico-empíricas, a identidade militar guarda estreita relação com a forma de construção e apresentação dos corpos dos indivíduos que a ostentam. A uniformidade dos comportamentos e posturas, obtidas por meio de um intenso e brutal processo de socialização secundária, assegura a obediência à hierarquia e aos preceitos disciplinares e é fundamental ao sentimento de pertencimento à identidade militar. Além disso, enquanto princípios norteadores da conduta militar, a hierarquia e a disciplina possuem caráter totalizante e são extensivos à vida pessoal e moral desses indivíduos.

Levantamentos bibliográficos sobre a PM demonstram que, em geral, pouco vem sendo produzido no meio acadêmico antropológico brasileiro a respeito dos policiais militares. Os estudos que tratam do tema, em sua maioria de caráter sociológico, abordam-no principalmente a partir de discussões a respeito da violência policial, da segurança pública, da reforma policial e dos direitos humanos. As etnografias antropológicas sobre o assunto, produzidas na década de 90 – época em que os interesses acadêmicos se voltaram para o estudo do Período Militar –, restringiram-se a refletir sobre o militarismo a partir de trabalhos de campo realizados em instituições do Exército Brasileiro. Embora a estrutura da Polícia Militar guarde profundas semelhanças com a do

Exército, uma vez que ambas são corporações militares, guarda especificidades que merecem ser melhor investigadas pelo olhar “próximo” próprio a abordagem antropológica. Recentemente, a produção antropológica tem direcionado seu olhar para essa categoria profissional. Entretanto, ainda há muito a fazer.

O grande número de casos psiquiátricos e alcoolismo entre policiais militares na ativa são quase sempre decorrentes do próprio exercício da função policial. Autores (J. SILVA, 2001; BANDEIRA e SUÁREZ, 2001; VIEIRA e SILVA, 2008) que discutem segurança pública e atuação policial apontam como causas para os altos índices de violência policial e de diagnósticos psiquiátricos nas corporações o caráter eminentemente militar que caracteriza e especifica a atuação do policial no Brasil e a ordem marcadamente hierarquizada, autoritária, excludente e violenta da sociedade brasileira. O adoecimento mental desses indivíduos, acredita-se, decorre da articulação de fatores subjetivos e referentes ao contexto militar e sociocultural mais amplo nos quais estão inseridos. Os processos de deslegitimação da atuação policial e de vitimização do policial militar, apontados na segunda parte, são exemplos dessa articulação.

O referencial teórico que sustenta esta pesquisa tem o mérito de contornar as dificuldades de realizar trabalhos etnográficos a respeito de instituições de caráter totalizante, que tendem ao fechamento, como as instituições militares. Ao privilegiar a dimensão do corpo e o uso das narrativas sobre ele como meio de acesso ao contexto social e às relações sociais, essa abordagem, acredita-se, permite revelar os interstícios da relação entre indivíduo e sociedade sem deslegitimar a experiência vivida. Em nível empírico, tendo o contexto goiano como pano de fundo, o olhar teórico desta pesquisa oferece caminhos para articular a ordem militar e o contexto do trabalho policial, as estratégias individuais e as relações intersubjetivas do meio militar aos fatores históricos e estruturais da sociedade brasileira, cruciais ao fenômeno da violência.

Dessa maneira, uma vez que o corpo adquire posição fundamental na socialização, na construção identitária e no trabalho desenvolvido por esses profissionais, e considerando as especificidades da atuação policial na sociedade brasileira, o referencial teórico desta proposta sustenta que o estudo dos significados que policiais militares atribuem às suas experiências de adoecimento mental se demonstra capaz de descortinar aspectos insuspeitos de sua subjetividade e de seu contexto moral e profissional, os quais, de outra maneira, seriam dificilmente acessados, dada a tendência ao fechamento de instituições como as militares.

Considerando que a significação e a legitimação social da doença mental são quase sempre permeadas de julgamentos morais de caráter estigmatizante, que afetam sobremaneira as relações sociais do indivíduo e a maneira como define a si mesmo e é definido pelos outros, pergunta-se: é possível afirmar que, em sua especificidade, os processos de adoecimento de caráter mental ou “nervoso” alcançam dimensões que vão de encontro a preceitos e valores fundamentais do militarismo? De que maneira a conotação negativa que carrega a doença mental afeta os valores atribuídos pelos policiais aos seus corpos enquanto veículos ostentadores de sua identidade e masculinidade?

Assim, esta pesquisa, ainda em processo, busca fundamentalmente responder a dois questionamentos mutuamente implicados: de que maneira a ordem militar se apresenta nos significados atribuídos por policiais militares às suas experiências de adoecimento mental? E, do contrário: o que os significados atribuídos às experiências de adoecimento mental têm a dizer sobre os indivíduos inseridos na ordem militar? A antropologia brasileira, conforme aponta Durham (1988), tem privilegiado o estudo das minorias em detrimento do estudo dos grupos dominantes. Esta proposta procura dissolver essa dicotomia ao revelar a subalternidade escondida nas engrenagens dos grupos dominantes e reforçada pelos discursos políticos e acadêmicos sobre as classes minoritárias.

O recorte empírico

A partir das leituras que realizei a respeito do universo militar, que me possibilitaram maior familiaridade com sua “cosmologia”, optei por trabalhar com cabos e soldados da Polícia Militar/GO, na ativa, em detrimento dos oficiais. A decisão de privilegiá-los se deveu principalmente ao fato de serem eles os elementos de execução da polícia, de modo que suas atribuições são de trabalho direto com a comunidade. E sua posição hierárquica desprivilegiada, acredita-se, possibilita maior acesso etnográfico aos meandros e “imponderáveis” da ordem militar.

Optei também por trabalhar com policiais exclusivamente do *sexo masculino*. Essa decisão foi motivada pela possibilidade de problematizar e tornar visível – especialmente através do privilégio que esta proposta concede à dimensão do corpo enquanto meio da experiência e às dimensões hegemônicas da vida social – a construção

da masculinidade ou ao caráter construído da masculinidade (KIMMEL, 1998) numa ordem marcadamente masculinizada.

O campo exploratório que resultou no projeto de pesquisa foi realizado, a princípio, na Clínica Psiquiátrica Isabela¹. A partir das situações de campo ali vividas, fui direcionada ao grupo de policiais militares como sujeitos de pesquisas. A partir daí, foi também possível delimitar o lugar privilegiado em que seria possível “encontrar” esses sujeitos: os atendimentos psiquiátricos do Hospital da Polícia Militar², para o qual são encaminhados os profissionais avaliados por seus superiores ou colegas como apresentando comportamentos não condizentes com os preceitos militares e profissionais.

O Hospital da Polícia Militar do Estado de Goiás (HPM) atende exclusivamente aos servidores públicos que compõem o quadro da PM/GO e conta com médicos e profissionais que integram o Quadro de Oficiais de Saúde da PM/GO. O HPM oferece atendimentos médicos em diversas especialidades clínicas, tratamentos odontológicos e exames laboratoriais. Embora ofereça consultas clínicas com psiquiatras e psicólogos, o atendimento psiquiátrico do HPM não conta com serviços de internação.

As pesquisas se campo realizadas até aqui esbarraram, a princípio, em dificuldades próprias ao contexto empírico elegido, que, como será visto a seguir, guarda peculiaridades estruturais que dificultam de sobremaneira a entrada em campo. Após diversas tentativas frustradas de entrar em contato com as autoridades militares responsáveis pelas seções de saúde da PM e percebendo que os policiais militares com quem cheguei a estabelecer algum contato informal não estavam muito dispostos a conversar sobre assuntos tão delicados – ainda mais sem autorização institucional – e dado os acontecimentos recentes envolvendo a PM goiana durante a Operação Sexto Mandamento da Polícia Federal³, resolvi adotar outra estratégia de entrada em campo que fosse mais institucionalizada e formalizada – como o próprio objeto.

¹ A Clínica Isabela está localizada na Av. 85, Qd F19/Lt 51, nº 165, Setor Sul, Goiânia-Goiás.

² O Hospital da Polícia Militar está localizado na Av. Atílio Correia Lima s/nº, Cidade Jardim, Goiânia-Goiás.

³ A Operação Sexto Mandamento, cujas investigações começaram cerca de um ano, foi deflagrada pela Polícia Federal na manhã do dia 2 de fevereiro de 2011 com o objetivo de desarticular uma organização criminoso formada por policiais militares envolvidos em homicídios no Estado de Goiás. Os policiais envolvidos, de diversas patentes, são acusados de cometer homicídios e simular que eram decorrentes de confronto com as vítimas (PF faz operações contra PMs envolvidos em homicídios em Goiás. *Folha de S.Paulo*. São Paulo. 02 fev.2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/875808-pf-faz-operacao-contra-pms-envolvidos-em-homicidios-em-goias.shtml>>. Acesso em: 08 jun. 2011.

A princípio, procurei construir contatos informais com policiais, fossem quem fossem, acreditando que essa entrada pelas portas do fundo seria essencial para ao tipo de relação que desejava construir com eles. Entretanto, nos poucos contatos que pude estabelecer e ao longo das pesquisas sobre militarismo e polícia, fui paulatinamente percebendo que a própria “cosmologia” ou “visão de mundo” do grupo em questão me levava para caminhos menos informais, ainda que inseridos em lógicas informais de afinidade. Foi somente no começo de Julho de 2011 que efetivamente consegui, por meio de uma relação de “apadrinhagem” com um tenente-coronel aposentado da PM/GO, ter acesso aos campos em que a negociação formal para a realização da pesquisa vem sendo travadas. Portanto, a pesquisa de campo propriamente dita é ainda incipiente e os poucos dados a que tive acesso até o momento são escassos e se resumem ao âmbito mesmo dessas negociações de entrada em campo e a algumas conversas informais com os profissionais da saúde atuantes no Quadro de Oficiais da Saúde da PM/GO. Dessa maneira, as discussões propostas neste texto são mais de natureza teórica, de construção teórico-conceitual do campo de pesquisa, do que de natureza empírica, embora dados empíricos secundários tomem parte dessa discussão.

Policiais e instituições militares

É lugar-comum na literatura sociológica classificar instituições como as academias formativas da polícia militar a partir da caracterização de Goffman (1974) das *instituições totais*. No entanto, autores como Castro (1990) e Leiner (1997) apontam que, apesar de o próprio Goffman (op.cit.) incluir as academias e instituições militares como exemplos de instituição total (p. 25 e 55), sua caracterização é insuficiente ou inadequada para dar conta do caráter e dos princípios que as norteiam. Castro (op.cit.) salienta que, ao contrário das instituições totais, as academias e instituições militares apresentam caráter não-compulsório e buscam mais alcançar uma “vitória cultural” sobre seus membros do que criar uma “tensão persistente”, como na caracterização de Goffman. Essas instituições oferecem aos indivíduos que nelas ingressam voluntariamente uma verdadeira socialização secundária, que se sobrepõe incisivamente à que anteriormente haviam recebido, alcançando nisso “vitória cultural”.

Leirner (op.cit.) sugere que, embora a identidade social da instituição militar seja muito bem delimitada, o que aponta um caráter de “totalização” da vida social de seus

membros, a caracterização goffmaniana pouco esclarece da multiplicidade de dimensões da vida social militar observada no fenômeno da hierarquia – ainda que seja esclarecedor para tratar da cadeia disciplinar e da dimensão do poder que permeiam a idéia de obediência.

A hierarquia e a disciplina são apontadas como princípios centrais das instituições de caráter militar e são indissociáveis entre si. A construção da identidade militar, que se inicia com o ingresso do indivíduo em academias formativas, está diretamente associada à internalização desses dois princípios e à dissolução da identidade civil anterior. Enquanto a hierarquia possui caráter segmentador e organizador dos indivíduos, das condutas e das relações sociais no mundo militar, a disciplina garante o cumprimento daquela, o sentimento de pertencimento a uma totalidade maior – com a conseqüente redução da autonomia individual – e a transformação dos corpos (LEINER, 1997; CASTRO, 1990; SILVA, 2002).

Conforme aponta Castro (1990), ao contrário da hierarquia observada no sistema hindu de castas, a hierarquia militar é do tipo quantitativa, o que significa dizer que pressupõe aos seus membros a possibilidade de ascensão a partir de uma situação inicial de igualdade formal de condições. A distância entre as posições hierárquicas é uma questão de quantidade de tempo de serviço. No caso específico da polícia militar, contudo, os oficiais devem necessariamente possuir curso superior. O estudo de Leiner (op.cit.) constata que a hierarquia do Exército não deve ser pensada como uma pirâmide, em que as posições hierárquicas seriam a única forma de posicionamento dos indivíduos, mas como uma relação vertical que coloca cada indivíduo numa posição em relação à escala de subordinação, dentro de um *sistema de posições* (LEINER, 1997).

Leiner (op.cit.) defende a idéia de que o fenômeno da hierarquia é central no contexto militar. À medida que permeia todas as suas dimensões e permite entender a conexão entre o indivíduo e o grupo, a fala e a conduta, a hierarquia pode ser caracterizada como “um fato social total” da vida militar – a partir da noção de Mauss (2003a). Ela permite aos seus membros serem ao mesmo tempo situados enquanto pessoas, através do sistema de méritos (medalhas, elogios, condecorações), e enquanto indivíduos, pela igualdade de condições que pressupõe. Essa igualdade estrutural de condições e a uniformidade dada pela disciplina asseguram um espírito de totalidade ou unidade, i.e, um mesmo *espírito militar* partilhado por todos. Para o autor, “se, por um

lado, a disciplina significa o controle coletivo sobre os indivíduos, a hierarquia é o próprio coletivo situado e situando os indivíduos” (p.111).

Hierarquia formal enquanto sistema que atua na diferenciação dos indivíduos que juntos compõem um todo não é, conforme aponta o estudo de Leiner (op.cit.), o único princípio ordenador e classificatório atuante na ordem militar. O autor aponta também o sistema de mérito como atuante na diferenciação de indivíduos de mesma patente. Na polícia militar, as condecorações e méritos existem, mas parecem não ser tão valorizadas quanto nas Forças Armadas.

A hierarquia, além de um sistema de ordenação, é também parâmetro de distinção entre os militares e o restante da sociedade. A identidade militar é uma identidade contrastiva: é delimitada a partir do contraste hierarquizante com a identidade dos civis, denominados por “eles” de forma pejorativa de “paisanos folgados” (CASTRO, 1990). No processo de construção da identidade militar, a transformação dos corpos intentada pela disciplina assegura o pertencimento a uma totalidade e funciona como traço identitário permanente: “não é necessário fazer grande esforço para identificar um policial militar, mesmo estando fora de serviço e sem nenhum tipo de fardamento. A sua fala, os seus gestos, o seu comportamento, tudo isso o denuncia como tal” (A. J. SILVA, 2002, p.40).

Em termos práticos, ao mesmo tempo em que a disciplina adentra e treina os corpos para o cumprimento de tarefas específicas às funções militares, ela implanta e assegura a obediência à hierarquia e à instituição tanto através de mecanismos punitivos informais e previstos nos Regulamentos Disciplinares e Códigos de Ética quanto através do sentimento de pertencimento que é capaz de criar em seus membros. Segundo A. J. Silva (2002), a “hierarquia indica quem deve mandar e quem deve obedecer. A disciplina prescreve a forma e a intensidade da obediência dos subordinados para com os superiores e faz com que a hierarquia seja temida, respeitada e obedecida” (p.65).

Os princípios disciplinares formalmente prescritos pela legislação militar são extensivos às condutas pessoais e privadas de seus membros. Exemplo disso pode ser encontrado nos incisos XIII, XV, XVI do artigo 27 da seção II do Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás:

Art. 27 - O sentimento do dever, o denodo Policial-Militar e o decoro da classe impõem, a cada um dos integrantes da Polícia Militar, conduta moral e profissional irrepreensível, com observância dos seguintes preceitos da ética Policial-Militar.

(...)

XIII - proceder de maneira ilibada na vida pública e na particular;

(...)

XV - garantir assistência social moral e material ao seu lar e conduzir-se como chefe de família modelar;

XVI - conduzir-se, mesmo fora do serviço ou na inatividade, de modo que não sejam prejudicados os princípios da disciplina, do respeito e do decoro Policial-Militar; (...) (GOIÁS, 1974)

Os intensos treinamentos físicos e psicológicos realizados durante os cursos de formação incutem nos neófitos novos valores, costumes e visões próprios à identidade militar, além de criar, como mencionado, um sentimento de *pertencimento* a uma totalidade, uma coletividade maior. A dissolução da identidade civil é assegurada também pela intensidade e isolamento em que as formações militares se realizam, pelos trotes, que funcionam como ritos de passagem de um status social a outro, e pela posição inferior atribuída aos civis (SILVA, A. J., 2002; CASTRO, 1990).

Albuquerque e Machado (2001) discutem a formação de oficiais na Academia da PM baiana no contexto da mudança curricular proposta pela reforma policial⁴. Realizam entrevistas com 27 aspirantes após a Jornada de Instrução Militar (JIM) na selva, uma das atividades que fazem parte da formação de oficiais. Segundo eles, a instrução militar pode ser vista como um ritual que consolida a passagem do mundo civil ao mundo militar por meio de um intenso treinamento físico e psicológico em que futuros oficiais, ao invés de conteúdos propriamente policiais, aprendem técnicas militares de anti-guerrilha que, segundo os entrevistados, pouco lhe servem em seu cotidiano de policial. Entre outras coisas, os alunos se queixam das atitudes abusivas e arbitrarias dos instrutores, da falta de comunicação e de transparência nas ações, da utilização de traquejos⁵ e da pouca maturidade que possuem para essa experiência de “fortes dimensões emocionais”.

Os entrevistados relatam que durante a instrução são levados à realização de tarefas sem sentido, irracionais. Dizem eles: somos “obrigados a nos deitar na areia quente, sob o sol forte, etc.” (s/p). Em outros momentos, as instruções pareciam “um

⁴ Referem-se às discussões sobre a qualidade e adequabilidade das instituições policiais face às taxas crescentes de criminalidade e de violência policiais. Cf. COSTA (2004).

⁵ Segundo Albuquerque e Machado (2001): “O traquejo, termo nativo para aprendizagem policial militar, mediante o sacrifício, o rebaixamento e a dor, é uma prática cotidiana na Academia, mas apresenta-se de modo mais dramático na JIM. Como o clássico jeitinho brasileiro, que debilita o formalismo da regra e instaura padrões flexíveis de convivência (Barbosa, 1992: 89), o traquejo condensa esta ambivalência de justiça e arbitrariedade, de ensinamento e explosão sádica, de transmissão de identidade e truculência desvairada. De qualquer ângulo destes, o traquejo pode ser olhado como a corrupção da regra e do limite.” (s/p).

festival de sadismo”, com uma seqüência de castigos e traquejos. Segundo os autores, o traquejo é parte do rito de passagem e cumpre a “dimensão de assepsia da identidade pretérita”: “é necessário lavar a alma dos restos que ficaram da velha condição civil. O sabão não há de ser outro senão a dor, o sacrifício” (s/p). Ao negar a contribuição positiva do treinamento para o exercício da profissão policial, os depoimentos acabam por confirmar o êxito da instrução enquanto rito de passagem. Ao mesmo tempo em que a instrução consolida a hierarquia, à medida que verticaliza as relações entre aspirante e oficial, as situações criadas pelo treinamento intensificam a solidariedade grupal e a reciprocidade, criando ou reforçando o sentimento de *pertencimento* a uma coletividade maior (Castro, 1990). Segundo Albuquerque e Machado (op.cit.), é comum as cenas de apoio recíproco, de palavras encorajadoras, de tentativas coletivas de elaborações de sentido aos treinamentos sem sentido algum, etc. As situações em que um recruta parte em defesa de algum colega são emblemáticas da dialética entre hierarquia e fraternidade: aquele que se posiciona em defesa de algum colega recebe punição redobrada:

Ele deverá aprender e ensinar aos outros que há um custo institucional nesta fraternidade, há um “pagamento” a ser feito com seu corpo. Tais laços são tão fortes que fora da selva, quando os obstáculos forem outros, eles poderão contar com seus pares. Pelo pacto solidário concluíram que a fraternidade tem um custo enorme, mas muito maior é o preço a ser pago pela traição. Dentro da mesma lógica, eles poderão tripudiar do regulamento disciplinar, esmagando os inferiores hierárquicos, e mais ainda, poderão contar com a benção da impunidade quando se excederem nos limites da lei” (ALBUQUERQUE e MACHADO, op.cit., s/p)

A lógica dessa dialética entre hierarquia e fraternidade remete à idéia defendida por Leiner (op.cit.), complementando-a, da hierarquia enquanto “um fato social total” da vida militar. Situações de solidariedade como as descritas por Albuquerque e Machado (op.cit) durante os treinamentos formativos permitem situar os aspirantes ao mesmo tempo como pessoas, à medida que forçosamente estão enquadrados e submetidos à lógica ordenadora prescrita pela hierarquia, e como indivíduos, pois oferecem a eles uma região de manobra nos interstícios da ordem militar que os permite obter vantagens individuais da fraternidade/solidariedade militar a duras penas alcançada.

Violência e Polícia Militar: o caso brasileiro

De acordo com a lei nº 8.125, de 18 de junho de 1976 (GOIÁS, 1976), que dispõe sobre a organização básica da polícia militar do Estado de Goiás, a Polícia Militar é uma força auxiliar do Exército e se destina à manutenção da ordem pública na área do

Estado. Compete a ela executar com *exclusividade* o policiamento ostensivo com o objetivo de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos. Sua atuação pode ser preventiva, quando presumida a possibilidade de perturbação da ordem, e repressiva, em caso de perturbação efetiva da ordem.

A organização policial de países Europeus como França, Itália e Espanha, dado o contexto político de sua criação, adota o modelo institucional militar, à semelhança do processo ocorrido no Brasil. A adoção do modelo militar, embora, muitas vezes, esteja ligada às circunstâncias políticas de sua criação, são também exemplos de soluções possíveis à problemas de ordem prática (COSTA, 2004). No caso brasileiro, a criação institucional e organizacional da Polícia Militar remete ao Império e à necessidade de dispor de meios para garantir a manutenção da ordem pública, a proteção interna e a defesa nacional. Dessa maneira, o contexto de sua criação é talvez responsável pela primazia dos aspectos corporativos sobre os aspectos organizacionais (VIEIRA e SILVA, 2008).

Outros autores (J. Silva 2001; Bandeira e Suárez, 2001; Albuquerque e Machado. 2001) discutem a dimensão simbólica e imaginária dessa identificação com as Forças Armadas, tomada “como figura paterna identificatória” da PM. No processo de consolidação institucional da PM, esse atravessamento de uma instituição por outra, segundo Albuquerque e Machado (op.cit.), acabou por modificar seus “traços genéticos” e influenciar de maneira decisiva a construção identitária de seus membros, conforme se procurou mostrar⁶. A ligação da instituição policial brasileira com a doutrina militar, segundo J. Silva (2001) e Bandeira & Suárez (2001), tem consequência na atuação policial: por sua ligação mítica com o Exército, a segurança pública é tratada pela polícia em termos de segurança nacional. Em outras palavras, a segurança pública é tratada em termos de um inimigo a ser combatido, como uma questão de vitória e de derrota. Os índices de violência policial podem ser parcialmente atribuídos a essa ideologia militar que reveste a atuação policial brasileira.

Conforme visto, a doutrina militar que serve de base para a formação profissional desses indivíduos configura também sua identidade social e se estende às várias

⁶ Castro (1990), em sua etnografia sobre o Exército, mostra como cada força armada possui seu elemento mítico associado aos elementos básicos da natureza: terra (exército), água (marinha), ar (aeronáutica), sendo associada a eles uma atitude identitária. Diante disso, qual seria o elemento mítico da polícia militar?

dimensões de suas vidas. A. J. Silva (2002) defende a idéia de que a maneira como é conduzida a formação do policial militar guarda estreita relação com a forma violenta da atuação policial. O autor, ele próprio policial militar, sugere que, se nas relações internas dos policiais situados em níveis hierárquicos diferentes, inexistente diálogo, o clima é de hostilidade e o relacionamento é muitas vezes baseado no autoritarismo e no abuso de poder por parte dos superiores, esses mesmos tipos de relação tendem a ser reproduzidos no trato com a comunidade. Nesse contexto, os cabos e soldados da polícia militar, aos quais é delegada a função de execução junto à comunidade, esperam que os “paisanos folgados”, porque situados numa categoria fora da hierarquia militar, tenham para com eles respeito e submissão (SILVA, A. J., 2002). Sendo a identidade militar uma identidade contrastiva, os civis, enquanto “outros”, não seriam considerados como “pessoas”.

O Brasil guarda ainda outras peculiaridades organizacionais que se refletem nos resultados alcançados no combate à criminalidade e nas condições de trabalho do policial. Segundo Silva Filho (2003), o Brasil é o único país cujas funções policiais de preservação da ordem e de investigação de crimes são disjuntivas ao ponto de serem necessárias duas organizações diferentes para seu exercício, as polícias civil e militar. As duas organizações se distinguem em relação à estrutura, normas administrativas e operacionais, seu regime de disciplinas e de salário. Essa distinção presente no modelo brasileiro é talvez uma das responsáveis pela ineficiência dos resultados alcançados, dado o alto custo de sua manutenção estrutural, a grande complexidade de seu gerenciamento e os problemas operacionais que acarreta.

O acúmulo de funções dos policiais militares, que são inteiramente responsáveis pelo policiamento ostensivo fardado, somado à ineficiência do modelo organizacional brasileiro para o controle da criminalidade lançam dúvidas sobre a aplicabilidade do trabalho policial frente à realidade brasileira, estruturalmente marcada por uma violência difusa. Essas questões, como sublinham Vieira e Silva (2008), adquirem importância salutar quando se remete à saúde mental do policial militar.

Porto (2001), a partir de uma pesquisa sobre representação da legitimidade policial em Brasília, aponta ainda para outros fatores que criam um ciclo vicioso na atuação policial e ameaçam sua legitimidade. Se, por um lado, a atuação policial violenta constitui resposta às demandas sociais de eficiência e competência policial, sendo a polícia muitas vezes usada como “solução” para questões sociais, por outro, a

legitimidade da ação policial é ameaçada ou inviabilizada na medida em que há uma recusa por parte da população às formas violentas de resolução de conflitos. Esse ciclo vicioso, por sua vez, descortina outro aspecto importante: o processo de vitimização da polícia como instituição e dos policiais como cidadãos. Na busca de responsáveis pela violência da atuação policial a culpa recai em homens e mulheres comuns que integram a instituição policial, transformados em alvos da própria violência que combatem:

É improvável que em algum lugar do mundo morram tanto policiais assassinados; e que existam tantos policiais paraplégicos; e que existam tantos ex-policiais expulsos, na rua da amargura ou definitivamente na senda do crime, e que existam tantos policiais ou ex-policiais nas prisões (como presos). É improvável também que em algum lugar do mundo haja tantos órfãos de policiais; nem tantas viúvas de policiais; nem tantas mães de polícias sem seus filhos. Tudo sem contar o estresse, o alcoolismo, os casos de psiquiatria e o elevado número de suicídios (JORGE DA SILVA, 2001, p.78-9).

Tavares (op.cit.) salienta que o trabalho policial é marcado por uma ambivalência que oscila entre o exercício da coerção física legítima e o desempenho de uma função social marcada pelo consenso. Ambas contribuem na construção da governabilidade, essencial para a construção do poder do Estado. Ao mesmo tempo, o exercício dessa dupla função também constrói a legitimidade da organização policial enquanto tecnologia do poder. Entretanto, uma terceira dimensão do trabalho policial, historicamente produzida nas sociedades periféricas, vem se somar às outras duas: a violência do espaço social em que está situada a organização policial e que possibilita, dada a possibilidade de excesso de poder, a prática ilegítima da violência física.

Pode-se, a partir do caso brasileiro, discutir-se em que medida a violência, concebida como um dispositivo de excesso de poder, produz uma outra particularidade do ofício policial : além do exercício da violência física legítima e de ações visando a sedimentação de um consenso social, nele está contida a virtualidade da violência física ilegítima enquanto prática social que implica a possibilidade do excesso de poder (TAVARES, op.cit., p.161-2)

Segundo Tavares (op.cit.), a ausência de uma noção capaz de inserir a violência nas relações institucionais atesta a dificuldade em se compreender o fenômeno da violência, largamente presente nas sociedades periféricas e igualmente na prática policial. A transição do sistema escravista para o sistema capitalista no Brasil, segundo ele, redefiniu, sem eliminar, a utilização da coerção física nas relações entre os aparatos repressivos e a população. O período do Estado-Novo constitui, nesse sentido, momento paradigmático dessa redefinição: nele, a atuação violenta da polícia aparece como “elemento fundante” na manutenção do poder do Estado totalitário. Nesse contexto, a

violência não compõe somente, mas aparece como essência de um certo tipo de poder que foi consolidado nesse período. As práticas de tortura comuns durante a Ditadura Militar e durante o regime civil da Nova República atestam e dão prosseguimento às práticas violentas como forma de manutenção e exercício do poder no Brasil, que têm a polícia como principal disseminadora.

Em seu livro *Violência, poder e autoridade em Goiás*, Dalva Borges de Souza (2006) busca compreender o fenômeno da violência no Brasil a partir das teorizações de Norbert Elias sobre o processo civilizador desenvolvido no contexto de formação dos Estados europeus⁷. Sua proposta busca compreender, a partir do contexto histórico goiano, a permanência, na sociedade brasileira, de estruturas de interação social e tradições de sociabilidade de caráter violento, predominantes no mundo rural, que são atualizadas no seu processo de modernização e urbanização. Sugere que as novas formas de violência enfrentadas a partir da década de 70 não extinguiram as modalidades de violência predominantes da sociedade rural. Segundo a autora, a noção de violência estrutural (Habermas) permite perceber, no contexto goiano, os impedimentos ao desenvolvimento da comunicação, que abrem espaço às formas de violência interpessoal: “A violência estrutural, que impede a formação discursiva da vontade, deixando espaço para que a forma possível de expressão esteja vinculada ao corpo, favorece que se perceba melhor o *habitus* na sociedade brasileira” (SOUZA, 2006, p.32)

Diante disso, a autora questiona: não seria também um pré-requisito do processo civilizador, além de condições econômicas favoráveis, brechas para o desenvolvimento da identidade, da autoestima, da percepção do outro como igual? E, nesse sentido, a marginalização em que vive grande parte da população brasileira não se constituiria, ela mesma, a violência estrutural?

Voltando às questões pertinentes à polícia, conforme assinala Monjardet (2002, p.23) a respeito das atribuições policiais, dois elementos analiticamente distintos são usados na análise da dimensão institucional de toda polícia: um elemento universal comum a toda polícia, que diz respeito à sua instituição como instrumento estatal de distribuição da força – instituição que, no caso brasileiro, foi historicamente atrelada a práticas violentas, “elemento fundante” na manutenção do poder do Estado brasileiro,

⁷ O processo civilizador descrito por Elias (1993) logrou a formação de um novo tipo de personalidade e de uma convivência mais pacífica entre os homens, por meio da contenção dos impulsos, da racionalização das condutas e do monopólio da força física por parte do Estado

conforme vem sendo explicitado; e um elemento específico, que diferencia e especifica as polícias e se refere às finalidades às quais uma determinada sociedade atribui o uso da força. Essas finalidades são identificadas tanto pelas normas legais prescritas quanto pelas práticas observadas. A polícia enquanto instrumento do Estado intervém quando (e da forma como) é ordenada, seja pelas instâncias que possuem autoridade sobre ela ou pelo sistema de valores partilhados.

A principal atribuição da polícia brasileira diz respeito à preservação da ordem pública, conforme atesta a história de sua criação e sua legislação. A peculiaridade do caso brasileiro está no fato de que a ordem a ser mantida – o sistema de valores partilhados, nas palavras de Monjardet (op.cit.) – é marcadamente autoritária e hierarquizada, conforme aponta J. Silva (2001) e Bandeira & Suárez (2001), sendo suas relações sociais historicamente marcadas e permeadas pela violência física e simbólica. Tavares (1995) sublinha, nesse sentido, que não é possível compreender o fenômeno da violência somente a partir das determinações econômicas ou políticas, embora não deva nunca ser compreendido fora delas. As diferentes formas de violência, segundo ele, podem também ser entendidas como “um ato de excesso, qualitativamente distinto, que se verifica no exercício de cada relação de poder presente nas relações sociais” (p.163). As práticas violentas não atingem a todos da mesma maneira, estão inseridas numa rede de dominação e exclusão que perpassa várias dimensões da vida social: de classe, gênero, etnia, etc.

Nesse sentido, a propósito da classe social dos recrutas que iniciam a formação militar na Academia da PM de Salvador, segundo Albuquerque e Machado (2001), a maioria é oriunda da classe média baixa e ingressa na Academia como parte de um projeto de ascensão social, o qual, de outro modo, dificilmente poderia ser trilhado, dada as condições financeiras de suas famílias. Segundo eles, mais “de 85% dos ingressos em 1994, por exemplo, vieram de famílias onde nenhum dos progenitores possuía escolaridade universitária. Raro mesmo é encontrar um jovem de família branca e de classe média, com os dois pais com nível universitário” (p.s/p). Haveria diferenças regionais?

Corpo, violência e masculinidade na ordem militar

A decisão de privilegiar cabos e soldados em detrimento dos oficiais da PM na realização desta pesquisa, como mencionado, deve-se principalmente ao fato de que eles são os elementos de execução da polícia. Além disso, como mostram as estatísticas (VIEIRA e SILVA, 2008), representam, no contexto da hierarquia militar, a classe mais afetada por transtornos psiquiátricos. Por outro lado, a escolha por trabalhar com policiais do sexo masculino se deveu à possibilidade de problematizar e tornar visível a construção da masculinidade, ou ao caráter construído da masculinidade (KIMMEL, 1998), numa ordem marcadamente masculinizada, ou que reforça os valores masculinos disponíveis.

Em artigo intitulado “O corpo como significado ou o significado do corpo: poder violência e masculinidade na polícia militar”, Oliveira (2010) procura lançar luz sobre o fenômeno da violência policial por meio da compreensão dos estilos de masculinidade e da maneira como policiais militares do Rio de Janeiro constroem e significam seus corpos e os daqueles que são alvo de sua atuação: bandidos e criminosos oriundos das classes baixas cariocas. Segundo ele, as representações associadas ao corpo são particularmente importantes para os indivíduos-policiais devido ao caráter mesmo do trabalho cotidiano que realizam, em que traços distintivos e classificatórios do corpo do Outro adquirem contornos e significados decisivos e em que prescrições disciplinares conferem a eles lugar na ordem militar.

A partir de sua experiência de rua ou (o “saber das ruas”), adquirida no “trabalho de campo”, os policiais classificam os corpos com referência às representações sociais disponíveis. Segundo eles, de acordo com Oliveira (op.cit., p.103), o bandido possui uma maneira específica de andar, de falar, de se vestir e traz o olhar marcado pela desconfiança. O corpo do trabalhador, por outro lado, apresenta um aspecto mais ordeiro na maneira de falar, de andar, nos gestos realizados, nas roupas usadas. Além disso, o trabalhador possui as mãos calejadas. Essa classificação social do corpo utilizada pelos policiais nos trabalhos de rua diferencia as pessoas e a forma de tratamento a elas dirigida. Os corpos dos bandidos, associados a certa classe social, são objetos de maus-tratos, de violência física, verbal e simbólica.

Entre os policiais militares é comum a associação entre um corpo musculoso, construído por meio de intensos treinamentos físicos e a disposição no enfrentamento da criminalidade. Se a masculinidade for pensada, como sugere Kimmel (1998), em termos de masculinidades no plural e em termos de masculinidades hegemônicas e subalternas,

pode-se afirmar que os policiais representam um modelo de masculinidade hegemônica? Para os policiais, segundo Oliveira (op.cit.), a referência de masculinidade atua não somente nos traços visíveis dos corpos que a ostentam, mas também nas representações que fazem dos corpos (no plural). O corpo másculo não se associa aos “bandidos”. O corpo enquanto traço visível serve tanto como veículo de demonstração de poder entre eles quanto como traço identificador dos outros, com quem lidam no cotidiano de sua profissão.

O poder conferido pelo corpo construído, ideal, do policial está associado, por sua vez, aos traços distintivos dessa masculinidade tomada aqui como hegemônica: virilidade, força, agilidade. Soma-se a isso, o ideal de ordem (cabelos cortados, farda passada). Diante disso, pergunta-se: não seria nas demonstrações de violência cotidiana do trabalho policial, em que esse corpo masculino se performatiza em toda a sua dimensão dramática, o meio privilegiado de recriação desse poder? Nas relações cotidianas entre os policiais e a sociedade?⁸ O *ethos* guerreiro, muito presente e profundamente valorizado durante os treinamentos (ALBUQUERQUE e MACHADO, 2008), como visto, conferiria a quem o ostenta lugar distintivo, privilegiado na ordem hierarquizada da polícia militar, que reforçaria, por conseguinte, esse ideal de masculinidade? Qual o peso dessa centralidade conferida ao corpo, no contexto militar, nas situações de adoecimento mental em que o corpo parece fugir ao controle? Qual a relação entre tal construção social do corpo e o sofrimento que acompanha os processos de adoecimento? Estaria localizado nele o caráter *social* desse sofrimento?

Almeida (1995), em seu trabalho clássico sobre masculinidades hegemônicas, *Senhores de si*, em que realiza um estudo etnográfico na aldeia portuguesa de Pardais, no Alentejo, parte do pressuposto de que as relações de gênero não são simétricas e que as classificações de gênero são meio de dominação, como são as classificações de idade, etnia e classe social. O autor busca explicitar os processos sociais que constituem a masculinidade hegemônica ou o modelo de dominação masculina no seu campo etnográfico. Ser homem, nesse contexto, segundo ele, é algo que se passa no nível do discurso e do discurso enquanto prática, “campo de disputa de valores morais, em que a distância entre o que se diz e o que se faz é grande” (ALMEIDA, op.cit., p.16). Nesse

sentido, conclui: para estudá-los teria que se atentar aos aspectos discursivos e performativos.

A hipótese central de seu estudo é de que a masculinidade hegemônica, como modelo ideal, embora não seja atingida por quase nenhum homem, exerce sobre ele efeito controlador: “Em geral, pode-se dizer que a masculinidade tem de estar sempre a ser construída e confirmada, ao passo que a feminilidade é tida como uma essência permanente” (ALMEIDA, op.cit., p.66). Assim como Miguel de Almeida (op.cit.), Oliveira (op.cit.) afirma, em seu estudo sobre os policiais militares, que as demonstrações de masculinidades precisam ser reiteradas e reforçadas todo o tempo:

Ser homem é construir um conjunto de atributos que só pode ser conseguido quando se demonstra o que não é, por exemplo, fraco, homossexual, mulherzinha, viadinho, medroso etc., todavia, demonstrar que é forte, viril, que tem disposição, que tem poder etc. contribui para uma melhor compreensão dos significados presentes nessa construção social da masculinidade (OLIVEIRA, 2010, p. 111).

Diante disso, cabe perguntar, como Almeida o faz (op.cit., p.16), não seriam os agentes dessa dominação também vítimas dela? O estudo de Oliveira (op.cit., p.115) busca explicitar que, uma vez que os policiais utilizam os corpos, seus e dos outros, como “mapa cognitivo” que orienta suas ações, há na construção dos corpos e nos traços identitários questões estruturais que merecem ser melhor investigadas caso se pretenda compreender a violência urbana em geral e a violência policial.

Corpo, experiência e sofrimento social

A perspectiva adotada nesta pesquisa se insere na toada dessas revisões teórico-metodológicas empreendidas por B. Good (op.cit.) e A. Kleinman (op.cit.) e outros antropólogos, como Das *et al* (1997). Procura articular as dimensões individuais e socioculturais ao privilegiar noções como as de experiência, sofrimento social, intersubjetividade e corpo. As categorias analíticas centrais que embasam suas reflexões são as de experiência de adoecimento e de sofrimento social e as narrativas aparecem como meios de acesso a essas experiências e aos contextos sociais a que se referem.

Em um de seus trabalhos, *Writing at the margin* (1995), Kleinman concebe o estudo antropológico dos processos de doença como meio de acesso privilegiado ao fluxo da experiência humana. Para ele, ao mesmo tempo em que as narrativas de adoecimento

possibilitam o entendimento dos processos sociais e psicológicos que mediam formas de vida de “mundos locais”, são também capazes de alcançar aspectos universais da condição humana, possibilitando o estabelecimento de comparações interculturais. Abrangem, portanto, aspectos compartilhados e particulares do fluxo da experiência humana.

O autor argumenta que, da mesma maneira que a psiquiatria deslegitima o sofrimento em sua dimensão moral e política ao transformar sofrimentos e misérias sociais em doença (depressão ou estresse pós-traumático), a antropologia médica corre grande risco de também deslegitimar o significado da condição humana ao centrar sua análise em categorias da experiência “distantes” (por vezes, generalizantes) do sujeito ou grupo sofredor.

Para DAS *et al* (1997), a idéia de sofrimento aparece como resultado do poder devastador das forças sociais sobre a experiência humana. O sofrimento, enquanto sofrimento social, é resultado do poder político, econômico e institucional atuando nas pessoas e de como essas formas de poder influenciam a resposta aos problemas sociais. Seu conceito permite tratar a saúde como uma questão social e intersubjetiva, indissociável das relações humanas travadas no meio social, e desconstruir os discursos alienantes (médico, político, etc.) que atribuem ao indivíduo sofredor a responsabilidade por problemas decorrentes de processos eminentemente sociais. O sofrimento em casos de abuso de substâncias, violência urbana e doméstica, suicídio, depressão, AIDS, stress pós-traumático, por exemplo, antes de serem categorizados enquanto problemas psicológicos ou médicos, são exemplos de fenômenos em que processos sociais e experiências subjetivas estão profundamente imbricados.

Os autores (*op.cit.*) argumentam que as respostas dadas a problemas de violência social autorizadas por análise estritamente racional-técnica dos processos sociais, ainda que eficientes, acabam por intensificar o sofrimento. A causa disso está no efeito moral, econômico, negativo e muitas vezes imprevisível de políticas e programas que buscam normalizar patologias sociais ou “patologizar a psicofisiologia do terror”. Segundo eles, processos “existenciais de dor, morte e luto são metamorfeados por essas racionalidades e tecnologias historicamente formadas, as quais (...) são negligentes a como a

transformação a qual induzem contribuem para o sofrimento que buscam remediar” (DAS *et al*, *op.cit*, p.X)⁹

Para Kleinman (1995), o sofrimento que acompanha as doenças aparece também como categoria privilegiada para o desenvolvimento do que ele chama de uma “etnografia da experiência”. Não só porque é um aspecto universal da experiência humana – a experiência intersubjetiva do sofrimento é em si mesma uma característica definidora da condição humana em todas as sociedades –, mas, sobretudo, porque é capaz de revelar experiências e engajamentos pessoais de ordem moral que são ocultados pelas categorias de experiência “distantes”. A idéia do sofrimento quando socialmente contextualizada permite descortinar as relações sociais e intersubjetivas envolvidas no processo de adoecimento: relações familiares, de trabalho, amorosas etc.

O sofrimento enquanto categoria da experiência pertence, dessa maneira, tanto ao domínio psicofisiológico quanto ao domínio moral, sociocultural e político, sendo que processos psicossomáticos são transmissores e receptores de códigos culturais. O sofrimento visto como *sofrimento social* é, portanto, uma categoria ativa da experiência humana.

Para Kleinman (*op.cit.*) enquanto categoria intersubjetiva e emocional por excelência, a experiência, grosso modo, é uma espécie de “mediadora” das dimensões individual (intersubjetiva e psicofisiológica) e coletiva (categorias culturais e sociais); de aspectos universais da condição humana e específicos de situações sociais localizadas em contextos locais e morais particulares.¹⁰

Em nível empírico, a partir do que vem sendo exposto, é possível afirmar que o estudo por meio de narrativas das experiências de adoecimento mental de policiais militares, pela circunstância de ruptura no curso normal da vida a que leva todo

⁹ No original: “Existential processes of pain, death, and mourning are metamorphosed by these historically shaped rationalities and technologies, which, again all too regularly, are inattentive to how the transformations they induce contribute to the suffering they seek to remedy” (tradução nossa).

¹⁰ Para Kleinman (*op.cit.*), a experiência pode ser pensada como “the intersubjective medium of social transactions in local moral worlds. It is the outcomes of cultural categories and social interacting with psychophysiological processes such that mediating world is constituted. Experience is the felt flow of that intersubjective medium. In Pierre Bourdieu’s (1989) terms it is the social matrix out of which habitus is structured and where shared mental/bodily state in turn structure social interactions. Yet, in practical terms, that mediating world is defined by what is vitally at stake for groups and individuals. While preservation of life, aspiration, prestige, and the like may be shared structured of relevance for *human conditions* across societies, that which is at stake in daily situations differs (often dramatically) owing to cultural elaboration, personal idiosyncrasy, historical particularities and the specifics of the situation. That is at stake in life settings, then, is usually contested e indeterminate” (p.97).

adoecimento, seria capaz de revelar a compreensão dos engajamentos pessoais e das relações intersubjetivas de poder que permeiam a ordem hierárquica? Seria também capaz de desvelar os valores e motivações de ordem moral que permeiam o trabalho policial e a instituição militar no contexto brasileiro?

Uma etnografia da experiência tal como propõe Kleinman (op.cit.), porque centra sua preocupação na interpretação do que está “em jogo” em situações particulares para participantes particulares, eles mesmos intrinsecamente engajados nessas situações, alcança níveis coletivos e individuais capazes de oferecer um entendimento um pouco mais válido das características psicológicas e sociais de formas de vida do que as análises centradas em categorias “distantes” da experiência individual

Nesse mesmo terreno de discussão, a proposta de Csorda (1994;1999;2008) procura ir além da busca por significados culturais, ao intentar uma reflexão “do que significa ser humano” enquanto “um corpo no mundo”. O essencial de sua abordagem é sua concepção do corpo como *locus* da cultura e não como mero instrumento (como nas abordagens clássicas) ou enquanto corpo significado (como na antropologia interpretativa e simbólica) ou, ainda, como lugar de inscrição da cultura. Para tal, Csorda (op.cit.) propõe o chamado “paradigma da corporeidade”, derivado de sua noção de *embodiment*, para o estudo antropológico. Esse paradigma, tal como Csorda o formula, busca um lugar complementar ao paradigma da antropologia simbólica e interpretativa. Sua investigação procura entender a maneira como os indivíduos experienciam no terreno existencial, experimental, fenomênico do corpo os sistemas objetivos de símbolos e significados (STEIL e MURILLO, 2008).

O que distingue a proposta de *embodiment* defendida por Csorda (op.cit.) de outras propostas da antropologia do corpo é a problematização metodológica e epistemológica que intenta de uma série de dualidades clássicas do pensamento antropológico, das quais se destacam a discussão fenomenológica entre pré-objetivo e objetivo e a clássica distinção entre corpo e mente. Uma série de outras distinções podem ser derivadas dessas duas: cultura e biologia, mental e material, cultura e razão prática, gênero e sexo. A reflexão de Csorda (op.cit.) procura dissolver essas dicotomias por meio

da frutífera combinação da perspectiva fenomenológica de Merleau-Ponty e dos trabalhos de Bourdieu sobre *habitus*¹¹.

Csorda (op.cit.) defende, a partir das contribuições de Merleau-Ponty, a indeterminação como única característica essencial do corpo. Para o filósofo, antes de se tornar objeto de conhecimento, o corpo enquanto um estar-no-mundo caracterizaria a existência humana pré-objetiva. Historicamente, a objetificação que vem sendo realizada em nossa época tem como consequência a individuação do ser psicológico e a instalação do dualismo entre mente e corpo na conceitualização do ser humano. Nessa perspectiva, o corpo é entendido enquanto forma biológica material em que a cultura se inscreve e através da qual opera. A consequência desse entendimento é a exclusão do corpo na participação primordial ou original no domínio da cultura. Sob esse prisma, o corpo transforma-se num substrato pré-cultural. A proposta de Csorda (1994), ao contrário, consiste em fazer do corpo um sujeito, um agente e não um objeto de inscrição cultural.

Ao contrário dos paralelos clássicos da teoria da cultura em que mente/sujeito/cultura aparecem de um lado e corpo/objeto/biologia aparecem de outro, na proposta de Csorda (op.cit.) o corpo deve ser entendido como o lugar da subjetividade e a mente como *locus* de objetivação. Se o paradigma do *embodiment*, como já foi colocado, intenta antes um lugar de complementariedade em relação ao paradigma da linguagem, é porque sublinha as dimensões da experiência humana que escapam ao discurso: a dimensão subjetiva da emoção, da intuição, do movimento, em suma daqueles elementos da experiência corpórea que a linguagem procura revelar, mas que a ela escapam. No paradigma do *embodiment*, a linguagem não é a única mediação possível entre o sujeito e o mundo. Antes de se conectarem ao mundo, os sujeitos precisam trazer a experiência de “estar no mundo” para a linguagem. Nesse sentido, a linguagem não é somente representação do mundo, mas a maneira através da qual nosso “estar no mundo” se revela.

¹¹ Segundo Csordas (2008), em sua teoria da prática, Bourdieu tem como objetivo metodológico delinear uma terceira ordem de conhecimento, para além da fenomenologia (Schutz) e de uma ciência objetiva da vida social. Seu conceito de *habitus* se refere a um sistema de disposições duráveis, inconscientes, que, apesar de estruturantes da maneira de pensar e agir dos indivíduos, abrem frestas à resposta criativa aos constrangimentos sociais. *Habitus* é uma noção mediadora e se investe de dupla função: “Na sua relação com estruturas objetivas, é o princípio gerador de práticas, enquanto na sua relação com um repertório toral de páticas sociais, é o princípio unificador (CSORDA, op.cit, p. 110). O caráter mediador da noção de *habitus* ajuda, assim, na discussão da dicotomia entre indivíduo e sociedade, à medida que oferece uma análise da prática social em termos de necessidade transformadora (CSORDA, op.cit.).

Ao invés de ver o corpo como criação da representação, como no trabalho de Foucault (1979)¹², cuja preocupação é estabelecer as condições discursivas de criação do corpo enquanto objeto de dominação, retirando do sujeito certa possibilidade de agenciamento, Csorda (1994) considera o corpo como uma função do estar no mundo e o *embodiment* como condição existencial de possibilidade da cultura e do *self*. Assim, o corpo, para Csorda, não é um reflexo da sociedade, é um corpo-sujeito da cultura. Para ele, *embodiment* pode ser visto “como um campo metodológico indeterminado definido pela experiência perceptiva e pelo modo de presença e engajamento no mundo” (1994, p.12).

Os trabalhos de caráter etnográfico de Csorda perpassam o campo de estudos da antropologia médica. Partindo do conceito de “sistema de saúde” (Kleinman), o autor analisa as diferentes respostas culturais ao fenômeno das enfermidades dadas por diferentes grupos. Csorda (2008) enfatiza não o corpo individual, biológico, mas o corpo fenomênico, que comporta maneiras diversas de engajamento no mundo e de formulações acerca das enfermidades/doenças e dos procedimentos de cura.

As formulações do sofrimento que acompanham os episódios de doença lidos sob a marca do social e que culminam na noção de *sofrimento social* (Kleinman, Good, Das e Lock), como explicitada, seguem pelo mesmo caminho percorrido por Csorda (op.cit.) e buscam dissolver dicotomias clássicas do pensamento social, como aquelas que separam o indivíduo dos níveis sociais de análise, a saúde dos problemas sociais, a representação da experiência etc. Embora se diferenciem com relação à ênfase dada à fenomenologia a perspectiva defendida por esses autores, cada uma a seu modo, acredita que essas dicotomias erguem barreiras que impedem o entendimento do sofrimento humano em suas dimensões ao mesmo tempo coletiva e individual, local e global.

A relação da doença e do corpo com a dimensão cultural e social é, por assim dizer, a pedra de toque de uma antropologia que procura dar conta dos processos de adoecimento (seja ela denominada antropologia médica ou da saúde e da doença). A ênfase irrefletida em uma das dimensões entrelaçadas nos processos de adoecimento e cura – biológica (somática), sociocultural (simbólica) ou individual (biográfica) – pode implicar ora num menosprezo das sensações vivenciadas pelos indivíduos e do papel da agência individual nos processos sociais, ora num empobrecimento da percepção acerca

¹² Segundo Almeida (2004), ao postular que o corpo não é objeto mas sujeito da cultura, a proposta de Csorda “não contempla assimilando-a ou criticando-a – a influência teórica de Foucault (...)” (p.14)

da multiplicidade e ambigüidade dos significados atribuídos aos episódios de doença e das negociações implicadas no processo de produção desses significados.

Nesse sentido, esta proposta é também desafiada pela seguinte questão: como pensar os significados atribuídos ao adoecimento mental em corpos construídos no/pelo sistema hierárquico-militar para o desempenho da função policial, uma vez que esses corpos constituem terreno de identidade e masculinidade? Como pensar a liminariedade das situações de doença nesses contextos?

A questão da intersubjetividade enquanto ponte entre as dimensões individuais e sociais é, dessa maneira, indissociável da experiência de adoecimento. A idéia da enfermidade, necessariamente presa à experiência do sofrimento, do sentir-se mal, vai além das impressões sensíveis e se constitui como algo compreensivo, significativo para o sujeito que a vivencia, além de ser legitimada socioculturalmente. O enraizamento fundamental da experiência do indivíduo no contexto social implica necessariamente na idéia do ser-com-outros e não somente um ser-em-situação (ALVES, 1999; 1993).

No contexto militar, a compreensão e os significados atribuídos à experiência de adoecimento mental estão intrinsecamente ligados à maneira como essa experiência é legitimada pelas relações hierárquicas em que o indivíduo se encontra inserido: o que diferencia um indivíduo saudável de um adoecido, quais causas são atribuídas ao adoecimento, como classificam os sintomas e as pessoas que os vivenciam etc. Além disso, estão ligadas às questões práticas relativas ao próprio exercício da profissão e à relação com o corpo, tão cara a eles.

Ainda que essa experiência seja percebida subjetivamente pelo indivíduo, a produção dos significados que conferem a ela um sentido é resultante de toda a história desse “eu”, que se constitui por processos de interação e comunicação com os outros. Assim, “para uma compreensão adequada da enfermidade, deve-se levar em conta tanto seus aspectos subjetivos, o que determina um mundo de diferenças interpretativas, como seus aspectos intersubjetivos, o que a torna “objetivas” para os outros” (ALVES, 1993, p.269).

Os episódios de doença levam à reflexão das posições dos indivíduos no meio social à medida que constituem rupturas no curso normal da vida. Os discursos sobre a doença – enquanto construções de sentido – são resultantes de processos interativos e comunicativos, através dos quais fatores intersubjetivos e existenciais dialogam com formas culturalmente padronizadas de interpretação. As estruturas cognitivas que dão

sentido às enfermidades mentais devem ser compreendidas à luz dos microprocessos sociais a elas subjacentes e como resultantes das condições sociais específicas de sua produção (ALVES, 1994).

O caráter peculiar do sistema hierárquico pelo qual a ordem militar se sustenta e os corpos disciplinados que produz implicam em determinadas construções discursivas que dão sentido à enfermidade. Ao mesmo tempo, os indivíduos constroem seus discursos sobre o adoecimento a partir ou através das relações que estabelecem com os outros e da forma como estes interpretam e se posicionam perante a situação de ruptura que necessariamente acompanha os episódios de doença.

Além disso, é necessário sublinhar que a etnografia, conforme sugere Kleinman (op.cit.), opera inevitavelmente um recorte temporal e espacial no fluxo social da experiência humana, criando a ilusão de que as narrativas de doença são finalizáveis e dotadas de certa coerência de significado, quando, na realidade, esse fluxo é sempre incerto, incompleto, transitório e passível de ter seus significados reelaborados pelas circunstâncias e pelas estratégias de resistência dos sujeitos neles envolvidos.

Assim, o processo de adoecimento, quando problematizada em termos de experiência de adoecimento e do sofrimento como *sofrimento social* (Kleinman), mostra-se capaz de descortinar aspectos insuspeitos do contexto local no qual é dramatizado. Não só porque possibilita a apreensão dos significados que esses processos psicofisiológicos têm para aqueles que os vivenciam direta ou indiretamente, mas, sobretudo porque, de outra maneira, os indivíduos-narradores e seus pares se dissolveriam/plasmariam na paisagem institucional ou em categorias culturais generalizantes da experiência, as quais pouco revelam de seu engajamento/agência individual ou da maneira pela qual os significados são vivenciados e culturalmente manejados em situações e relações particulares. O mérito dessa abordagem reside na possibilidade de alcançar ao mesmo tempo as estratégias de resistência e as trajetórias pessoais dos indivíduos-narradores e os contextos sociais e intersubjetivos a partir dos quais eles falam.

Nesse sentido, é possível questionar: o adoecimento mental de policiais militares pode ser visto como uma forma de resistência ou de posicionamento às imposições do contexto militar e da função policial? Ou, do contrário, de que maneira os valores e preceitos militares se impõem à maneira como os signos do adoecimento são vivenciados pelo indivíduo?

Os processos de adoecimento mental em sua especificidade vêm sendo tratados pela literatura sociológica principalmente a partir das mudanças que acarretam na vida e nas relações dos indivíduos que os vivenciam: na mudança de atitude dos outros em relação a eles e na maneira como passam a enxergar a si mesmos e a se posicionar diante do mundo e dos outros. Goffman (1980) aborda o processo de adoecimento mental e de designação e incorporação do rótulo de doente mental como uma trajetória de perda de status moral e de capacidade e direito à autodeterminação (GOFFMAN, 1980; RABELO, 1999).

Conforme sublinha Rabelo (1999), os trabalhos de filiação etnometodológica, à semelhança do interacionismo goffmaniano, aborda a doença enquanto ruptura, ameaça a um mundo tomado como suposto. Seu estudo implica a compreensão dos projetos e práticas formulados intersubjetivamente pelos indivíduos com o objetivo de normalizar a vida cotidiana e reconduzi-la a pressupostos aceitáveis. É feito por meio da análise das narrativas, que são utilizadas para explicar e organizar o ocorrido, e pela observação das formas e contextos concretos de elaboração dessas narrativas. Busca entender como o adoecimento é incorporado ao cotidiano das pessoas e como o transforma. A observância da concretude dos contextos de narração revela a preocupação com o corpo enquanto meio de construção de significados intersubjetivos e como meio de apresentação de projetos anteriores e de conteúdos culturais (RABELO, op.cit.).

O adoecimento mental, de maneira diversa das aflições identificadas como exclusivamente físicas, envolve dimensões morais, identitárias, estigmatizantes e legais que afetam intensamente, e de forma muitas vezes decisiva, a vida dos indivíduos que o experienciam. A aflição “nervosa” se exterioriza pelo corpo de maneira bastante significativa e peculiar. As narrativas sugerem quase sempre a sensação de perda de controle em relação ao corpo, como se ele escapasse ao domínio do indivíduo e se tornasse autônomo. O domínio do corpo próprio aos indivíduos ou as técnicas corporais, conforme salienta Mauss (2003b), diferem de sociedade para sociedade e dizem respeito à forma pela qual os homens, a partir de processos educacionais específicos, sabem se servir de seus corpos no desempenho da vida. No caso dos policiais, além de veículos de construção de sua masculinidade, o controle dos gestos e das posturas assegurado pela disciplina é parte fundamental na construção de sua identidade e do sentimento de pertencimento à ordem militar, como visto. A disciplina como princípio central da identidade e das relações sociais estabelecidas no meio militar está imbricada de maneira

incisiva na forma de apresentação dos corpos, sua colocação no espaço, das posturas que revelam e dos signos e insígnias corporativas que carregam (uniformes, medalhas, símbolos etc.). Diante de um episódio de doença em que a falta de controle sobre si, sobre os comportamentos, se coloca de maneira tão salutar, como ficariam essas dimensões atribuídas ao corpo? De que maneira esses sujeitos se posicionariam diante da instituição militar e do exercício de sua profissão, uma vez que são apontados como possíveis causas de “descontrole” diante de si?

Enquanto mecanismo de ajustamento, as narrativas são sempre uma tentativa de dar coerência a acontecimentos e sensações que desorganizam um mundo tido como suposto, dado. A elaboração de narrativas pode ser considerada, nos termos da abordagem processualista de Turner (2008; 2005), um momento limiar do processo dramático, no qual se tenta escrutinar, refletir, assentar as emoções e dar um sentido coerente aos acontecimentos. A liminaridade caracteriza as situações que se situam nas margens ou na periferia da vida ordinária. É um estado marcadamente interestrutural, que permite vislumbrar aspectos da estrutura a partir de um ponto de vista inusitado, revelador; é o momento mais autoconsciente do processo. Como uma situação liminar, a construção de narrativas nos episódios de doença procura legitimar acontecimentos inusitados com vistas à reinserção do indivíduo na estrutura ou no curso normal de vida. Reinserção essa que pode não acontecer caso a construção de sentido proposta pelas narrativas não seja socialmente/intersubjetivamente legitimada. As narrativas são ou procuram ser, dessa maneira, simbolicamente eficazes (LÉVI-STRAUSS, 2003).

Nesse sentido, considerando o caráter estigmatizante que os distúrbios psiquiátricos carregam, especialmente no caso de indivíduos cujos corpos são treinados e disciplinados para serem “superior[es] ao tempo”¹³, o estudo das narrativas de adoecimento mental de policiais militares parece ser capaz de acessar aspectos insuspeitos de sua subjetividade e dos valores de seu contexto moral e profissional, os quais, de outra maneira, seriam dificilmente tornados acessíveis, dadas as características próprias de instituições como as militares

Narrativas e experiência de adoecimento

¹³ Expressão utilizada pelos policiais militares em referência ao seu treinamento (SILVA, T.C., 1998)

As implicações metodológicas e etnográficas da relação entre narrativa, cultura e experiência são problematizadas por Good em seu livro *Medicine, rationality and experience* (1994). Nele, as narrativas de doença são vistas como estruturadas em formas culturais que refletem e ao mesmo tempo dão forma a distintos modos de experiência. Além disso, o autor utiliza aspectos da teoria narrativa para explicitar a maneira pela qual a doença e a sua experiência são constituídas através de práticas interpretativas.

Partindo de um estudo sobre a epilepsia na Turquia, Good (op.cit.) observou que as narrativas e histórias de vida associadas à doença situavam-se num domínio abarcado por categorias culturais que não correspondiam ao diagnóstico médico e careciam de definição precisa. Segundo ele, as histórias narradas eram freqüentemente ambíguas quanto à natureza da doença, não sendo possível saber se relatavam a experiência ou eram governadas por uma forma cultural ou estrutura narrativa típicas.

Para ele, narrativa

é uma forma na qual a experiência é representada e recontada, na qual eventos são apresentados como tendo uma ordem significativa e coerente, na qual atividades e eventos são descritos paralelamente a experiências associadas a eles e à significância que empresta sentido para as pessoas envolvidas. Mas a experiência sempre excede de longe sua descrição ou narrativização. Novas questões vão sempre eliciar novas reflexões às experiências subjetivas e cada um de nós pode sempre descrever um evento a partir de uma perspectiva levemente diferente, modificando a história para revelar novas dimensões da experiência. (...) Narrativas não somente relatam e recontam experiências ou eventos, descrevendo-as através da perspectiva limitadora e posicionada no presente. Elas também projetam nossas atividades e experiências no futuro, organizando nossos desejos e estratégias teleologicamente, direcionando-os para finalidades imaginadas ou formas de experiência as quais nossas vidas ou atividades particulares são intencionadas a preencher. Experiências vividas e atividades sociais, dessa forma, têm uma relação complexa com as histórias que as recontam.” (tradução nossa, p.139)¹⁴.

Para o autor, portanto, há uma estreita vinculação entre a estrutura da experiência e a estrutura da narrativa. O processo de narração, tal como a experiência, deve ser visto como uma tentativa sempre provisória e obtusa de ordenação de uma experiência por si

¹⁴ “No original: “is a form in which experience is represented and recounted, in which events are presented as having a meaningful and coherent order, in which activities and event are described along with the experiences associated with them and the significance that lends them their sense for the persons involved. But experience always far exceeds its description or narrativization. New questions will always elicit new reflections on subjective experiences and any of us can always describe an event from a slightly different perspective, recasting the story to reveal new dimensions of the experience. (...) Narrative not only report and recount experiences or events, describing them from the limited and positioned perspective of the present. They also project our activities and experiences into the future, organizing our desires and strategies teleologically, directing them toward imagines ends or forms of experiences which our lives or particular activities are intended to fulfill. Lived experience and social activities thus have a complex relationship to the stories that recount them”.

mesma sempre caótica, incompleta e sujeita a pressões que emanam de seu próprio fluxo e temporalidade. A narração é sempre uma tentativa de direcionar, canalizar, cultural ou circunstancialmente, de dar coerência ao fluxo “líquido” da experiência humana. A narração é, nesse sentido, sempre subjuntiva.

A narrativa, tal como o ritual, deve ser pensada sempre a partir de seu caráter temporal. A temporalidade caracteriza tanto sua estrutura quanto sua performance (atuação). Ambos, narração e ritual, são processos intersubjetivos que pressupõem ao menos três elementos: uma forma textual, uma audiência e “*performers*”. Seu efeito é em si mesmo um evento dentro de uma experiência temporalmente vivida, possuindo, por isso mesmo, caráter performativo, tal como os diagnósticos atribuídos (médicos, religiosos, etc.) às enfermidades (GOOD, op.cit.; AUSTIN, 1990). A elaboração de narrativas enquanto tentativas de ordenação de signos aparentemente sem sentido é, assim, dotada de eficácia simbólica (LÉVI-STRAUSS, 2003): é atuante no curso dos acontecimentos.

Além disso, as narrativas de sofrimento estão sempre localizadas num campo de relações sociais: a experiência da doença é compartilhada pelo doente, pelos membros de sua família e por seus pares. Os relatos dessa experiência não são, assim, meros produtos de sujeitos individuais, ao contrário, são eminentemente intersubjetivos. São construídos conjuntamente/ dialogicamente (e muitas vezes de forma conflituosa) pelos sujeitos envolvidos por meio de “formas culturais populares”. As histórias são em si mesmas “‘formação de compromisso’, configurações que ocultam relações dinâmicas tanto quanto representam uma ordem coerente da experiência” (GOOD, 1988, tradução nossa, p.161).¹⁵

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, C. L. de; MACHADO, E. P. O currículo da selva: ensino, militarismo e *ethos* guerreiro nas Academias Brasileiras de Polícia. *Capítulo criminológico*. Vol. 29, nº4, dez, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.luz.edu.ve/index.php/cc/article/viewFile/163/159>>. Acesso em: 20 mai. 2011.
- ALMEIDA, M. V. de. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século Edições, 1995.

¹⁵ No original: “‘*compromise formations*’, configurations that concealed dynamic relations as well as representing a coherent ordering of experience”

- ALVES, P. C.. A experiência da enfermidade: considerações teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 9 (3): 263-271, jul/set, 1993.
- _____. O discurso sobre a enfermidade mental. In: ALVES, P.C. e MINAYO, M.C.S. *Saúde e doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. pp.91-99.
- ALVES, P.C.; RABELO, M.C.; SOUZA, I.M.A. Introdução. In: RABELO, M.C.M *et al.* (orgs). *Experiência de doença e narrativa*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999. pp.11-39.
- BANDEIRA, Lourdes & SUÁREZ, Mireya. Ordem pública, discriminação e repressão. In: OLIVEIRA, Dijaci David de. *et al.* *Violência policial: tolerância zero?*. Goiânia: Editora da UFG, 2001. pp.129-150.
- CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na academia militar das agulhas negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- COSTA, Arthur T. M. *Entre a lei e a ordem*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- CSORDAS, Thomas J. Introduction: The body as representation and being-in-the-world. In: CSORDAS, Thomas J. (Org.) *Embodiment and experience: the existential ground of culture and self*. Cambridge: Cambridge University Press. 1994. pp.1-24.
- _____. "The body career in Anthropology". In: MOORE, Henrietta L. (Org.) *Anthropological theory today*. Cambridge: Polity Press. 1999. Pp. 172-205.
- _____. "A Corporeidade como um paradigma para a Antropologia". In: *Corpo/significado/cura*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. pp. 101-146.
- DAS, Veena; KLEINMAN, Arthur. LOCK, Margaret. "Introduction". In: *Social Suffering*. Berkeley: California University Press. 1997. Pp. I-xxvii.
- DURHAM, E.R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, 1988. pp.17-38.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1993.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.
- GOOD, Byron J. *Medicine, rationality and experience: an anthropological perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1980.
- GOIÁS (Estado). Lei nº 8.033, de 02 de dezembro de 1975. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares do Estado de Goiás e dá outras providências. *Assembléia legislativa do Estado de Goiás*. Disponível em: <<http://www.pm.go.gov.br/PM/index.php?link=35&t=24&id=31634>> Acesso em: 12 dez. 2010.
- _____. Lei nº 8.125, de 18 de junho de 1976. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências. *Assembléia legislativa do Estado de Goiás*. Disponível em: <<http://www.pm.go.gov.br/PM/index.php?link=35&t=24&id=31637>> Acesso em: 12 dez. 2010.
- KIMMEL, M.S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. In: *Horizontes antropológicos*. Corpo, doença e saúde. Ano 4, n.9. Porto Alegre: outubro de 1998. pp.103-118.
- KLEINMAN, Arthur. *The illness narratives: suffering, healing & the human condition*. USA: Basic Books, 1988.
- _____. *Writing at the margin: discourse between anthropology and medicine*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- LE BRETON, David. *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade*. Campinas, SP: Papirus, 2007.

- LEIRNER, P. de C. *Meia volta volver*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. A eficácia simbólica. In: *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. pp.215-236
- MAUSS, M. O ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003a. pp. 183-314.
- _____. As técnicas do corpo. MAUSS, M. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo, Cosac & Naify, 2003b. pp. 399-408.
- MONJARDET, Dominique. *O que faz a polícia: sociologia da força pública*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- OLIVEIRA, Jonas Henrique de. O corpo como significado ou o significado do corpo: poder, violência e masculinidade da polícia militar. *Vivência*. nº 35, 2010, p101-117.
- PORTO, Maria Stela Grossi. Violência e segurança: a morte como poder. In: OLIVEIRA, Dijaci David de. *et al. Violência policial: tolerância zero?*. Goiânia: Editora da UFG, 2001. pp. 29-52.
- RABELO, M.C.M *et al.* (orgs). *Experiência de doença e narrativa*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.
- RABELO, M.C.M. A experiência de indivíduo com problema mental. In: RABELO, M.C.M *et al.* (orgs). *Experiência de doença e narrativa*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999. pp. 205-228.
- SILVA, A. J. *Praça Velho: um estudo sobre a socialização policial militar*. 2002. 115 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- SILVA FILHO, J. V. S. *Segurança pública: a violência no Brasil requer ações concretas*. São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2003. Disponível em: <http://www.braudel.org.br/paper34a.htm> Acesso em
- SILVA, J. Violência policial e ideologia dos algozes-vítimas. In: OLIVEIRA, Dijaci David de *et al.* (orgs.). *Violência policial: tolerância zero?* Goiânia: Editora da UFG, 2001. pp.69-84.
- SILVA, T. C da. Soldado é superior ao tempo. In: *Horizontes antropológicos*. Corpo, doença e saúde. Ano 4, n.9. Porto Alegre: outubro de 1998. pp. 119-144.
- SOUZA, Dalva Borges de. *Violência, poder e autoridade em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 2006.
- STEIL, C.A.; MURILLO, L.F.R. Apresentação. In: *Corpo/significado/cura*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. pp. 9-14.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. *Tempo Social*. Revista Sociológica. USP, São Paulo, 9(1): 155-167, maio de 1997.
- TURNER, Victor. *Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu*. Niterói, RJ: EdUFF, 2005.
- _____. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói, RJ: EdUFF, 2008.
- VIEIRA, S.B.; SILVA, M.B. O Processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. *Saúde Soc*. São Paulo, v.17, n.4, p.161-170, 2008